

Opinião

Agricultura e finanças

"O Congresso está prestes a dar um novo passo gigantesco no caminho da nacionalização das finanças agrícolas norte-americanas. Não temos a menor dúvida de que os senadores e representantes empenhados em febris movimentações de bastidores em torno do projeto de lei para resgatar o deficitário Sistema de Crédito Agrícola não vacilarão em aprová-lo. Entretanto, uma vez assentada a poeira em torno deste projeto, o povo vai começar a se dar conta de que o Congresso, em pânico pelos falsos clamores de emergência, colocou sob controle federal direto um amplo setor de crédito agrícola. Pior que isso, a Casa Branca já vem alertando que o presidente, também tomado pela mesma histeria, pode vir a assinar realmente esta legislação complexa e de longo alcance", diz o *The Wall Street Journal*. E observa:

"O Departamento do Tesouro norte-americano tem argumentado que não existe emergência, mas ninguém quer ouvi-lo. Em vez disso, os legisladores preferiram dar ouvidos a Don Wilkinson, governador da Administração de Créditos Agrícolas, que repentinamente anunciou a 'crise' no Sistema de Crédito Agrícola em setembro passado, com estimativas de que cerca de 15% da carteira de empréstimos do sistema de US\$ 74 bilhões não terá condições de ser resgatada. A resposta mais imediata a este clamor foi dada pelos mercados de ca-

pital, que exigiram lucros maiores sobre os títulos do sistema. Tradicionalmente, estes mercados têm abastecido as centenas de bancos cooperativos do Sistema de Crédito Agrícola com fundos que remontam a preços no atacado, permitindo-lhes tomar empréstimos a taxas de juros de até 3% a menos do que as cobradas pelos bancos comerciais competidores. Agora os mercados estão cobrando um prêmio sobre o sistema.

"Os agricultores estão denunciando que a indústria automobilística está financiando carros e caminhões a 8%, enquanto suas outrora fraternais associações de crédito estão cobrando até 15% para a concessão de novos empréstimos. O objetivo imediato do projeto é trazer de volta a confiança aos investidores, que foram postos em fuga pelo sr. Wilkinson.

"O Congresso fortalecerá sensivelmente os poderes reguladores da Administração de Crédito Agrícola. Antes que seja muito tarde, é preciso que os agricultores financeiramente competentes abram os olhos para analisar para onde o Congresso os está levando. Embora originalmente capitalizados pelo governo federal, os bancos de crédito agrícola são agora de 'propriedade' das cooperativas dos agricultores que lhes fazem empréstimos. Agora o Congresso quer colocar as atividades do banco sobre amplo controle federal, o que certamente acarretará uma série extensa de normas burocráticas para a concessão de empréstimos dos agricultores."

O risco de o Brasil perder competitividade industrial

Ives Gandra da Silva Martins (*)



O comércio exterior, não obstante as dificuldades internas e internacionais por que passa a economia brasileira, é dos raros segmentos nos quais os resultados nacionais foram compensadores, mormente em 1985, em face da descompressão das importações.

A matéria, todavia, merece algumas perfunctórias considerações, posto que a audácia no comércio multinacional não tem sido seguida por uma contrapartida legislativa no campo dos investimentos, principalmente no estímulo ao investimento de risco estrangeiro.

Gunter Haaf entende que três foram os fatores que permitiram o domínio do homem sobre a natureza, ou seja, a descoberta do fogo, o desenvolvimento da agricultura e a escrita.

Pelo fogo, o homem liberou-se das imposições climáticas. Pela agricultura, expandiu sua capacidade de alimentar-se além da oferta escassa da natureza. Pela escrita, conseguiu armazenar a memória cultural de cada geração ("A origem da humanidade", Ed. Abril, 1982).

O interessante é que a escrita apareceu simultaneamente com o jovem comércio do Neolítico Superior, sendo que os mais antigos símbolos escritos da história humana são tabuletas cuneiformes, que permitiram o registro de recibos e inventários sumerianos.

A escrita e o comércio, portanto, nasceram e cresceram juntos. E nasceram, em perspectiva de relações econômicas, sempre transnacionais. O jovem comércio da época era um comércio entre aldeias, depois entre vilas, cidades, primeiros reinos e impérios.

Povos existiram que se notabilizaram por sua atividade comercial. Os fenícios, os aqueus, os cretenses, alguns reinos da Ásia Menor praticaram o comércio exterior, em períodos de grande instabi-

lidade nas relações entre os homens.

Os romanos, ao dividir seu direito, em "jus civile" e "jus gentium", privilegiaram o comércio exterior, normando-o de forma até hoje irrepreensível, sendo que a "ratio naturalis" de seu direito pretoriano sempre permitiu a conjugação da norma posta a um ideal pragmático de justiça. Os autores romanos (Ulpiano, Celso, Gaio, Paulo e outros) ainda hoje são mais atuais do que os positivistas, pois conseguiram realizar a abstração da norma sem perda de seu perfil de aplicação ao caso concreto, em matrimônio da lei natural com a lei formal, sob todos os aspectos digno de admiração.

O "jus gentium" foi, portanto, fundamentalmente, um direito dos povos, aliçado no comércio exterior.

O direito medieval, embora inspirado nas máximas romanas, conheceu

período mais de maturação que criacional, embora o impulso decisivo para nova fase evolutiva viesse a ser dado pelos portugueses, com suas ordenações e sua aventura marítima global.

Tanto o comércio por terra quanto aquele que por mar se fez sempre tiveram especial forma de tratamento legal, com alguns países passando a especializar-se, de maneira mais táctavel, já à época da Renascença, pela formulação de normas que se foram libertando do direito costumeiro para o direito legislado. Assim ocorreu na Inglaterra, Espanha, França, Holanda e outros.

No século passado, o comércio exterior foi dirigido especialmente pelos dois grandes impérios (Inglaterra e França), apenas começando a reverter a influência decisiva de seu estilo, a rigor, no início deste século.

Os dois conflitos mundiais, a criação de organizações internacionais para soluções políticas (ONU), econômicas (GATT, OCDE, IMF, etc.), sociais e culturais (FAO, UNESCO, BIRD, etc.), assim como o aparecimento de novas potências industriais (Japão, Alemanha, Itália, URSS, etc.), fizeram com que a elaboração legislativa se fosse multiplicando em face dos novos desafios que as relações econômicas internacionais colocavam.

O elemento tributário passou, então, a desempenhar relevante papel de estímulo ou contenção das relações pertinentes, seja nos períodos de predominância de uma das duas grandes vertentes (competitivismo ou protecionismo), seja na adoção da política da "vantagem comparativa", interligando interesses conciliáveis no manejo de qualquer das grandes correntes.

O Brasil, à evidência, não poderia ficar imune à evolução, tendo no curso de sua história recente principiado a estabelecer leque de alternativas legislativas capaz de colocá-lo à altura do desafio imposto, em um mundo sempre mais interdependente.

Se, todavia, no campo dos incentivos fiscais para o comércio exterior a nossa legislação permitiu rápida e confortável evolução, no campo dos investimentos internacionais favoreceu apenas o pior dos investimentos, que é o financeiro, dificultando o correspondente à transferência de tecnologia e inibindo o mais interessante, que é o de capital de risco, por preconceitos ideológicos e leviatãs análises sobre as empresas transnacionais.

Acontece que o patamar obtido de evolução tecnológica nos últimos vinte anos poderá ser, novamente, defasado em relação às nações mais desenvolvidas,

se uma real política, despreconceituosa, não for adotada no concernente à atuação de capital permanente no País.

Corre o Brasil o risco de perder sua competitividade industrial, voltando a depender, fundamentalmente, dos produtos agropecuários ou minerais, se a legislação concernente ao investimento estrangeiro não ganhar a mesma competitividade que aquela do comércio exterior propicia.

No início de um novo ano, em que tantos prognósticos sombrios são lançados sobre o futuro do País, não é despidido alertar nossas autoridades para esse aspecto, talvez o mais importante a permitir a real — e não artificial — recuperação da economia brasileira.

(*) Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e professor de Direito Econômico da Universidade Mackenzie.

Socialistas franceses ficam menos socialistas

Roger Ricklefs, do *The Wall Street Journal*

Nas últimas semanas, o governo socialista francês autorizou uma nova empresa privada de televisão a competir com canais estatais, afrouxou os controles cambiais, suspendeu os controles sobre preços de combustível para aquecimento e introduziu modificações nos pagamentos de comissões bancárias. Estas medidas indicam uma intensificação no ritmo das mudanças que vinham sendo introduzidas há meses.

Todas estas medidas poderiam ajudar os socialistas em seu esforço empreendido para ganhar pontos no tocante às eleições parlamentares programadas para março próximo. Numa área após outra os socialistas estão invadindo o terreno favorito da direita.

"Cada vez que o ministro das Finanças levanta um dedo ele afasta um dos argumentos eleitorais da oposição", disse o jornal conservador parisiense *Le*

Quotidien. "O governo está enlouquecendo a direita com todas estas mudanças", disse um banqueiro de Paris.

Não há dúvida de que uma dose de mudança pode proporcionar subsídios políticos. Durante trinta anos, o governo francês tem sido um dos mais intervencionistas no mundo ocidental. Mas, segundo uma recente pesquisa de opinião pública, 56% dos franceses entrevistados acreditam agora que "a intervenção do governo sufoca a economia".

"Não há razão técnica para as mudanças agora", afirmou Jacques Plassard, diretor geral da *Rexeco*, um grupo de pesquisa econômica sem fins lucrativos, assinalando que se trata de medidas "essencialmente políticas". Por sua vez, os esquerdistas vêem toda esta tendência como um processo de liquidação.

Entretanto, os moderados que agora dominam o Partido Socialista frequentemente encontram alguma contradição entre o socialismo e os mercados mais livres da atualidade.

"Muitos socialistas consideram a nacionalização e desregulamentação como parte do mesmo processo utilizado para modernizar a França", disse Philippe Moreau Defarges, professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris.

Para os socialistas moderados, a nacionalização de companhias é principalmente uma fórmula de reestruturar a indústria francesa. Desregulamentação e mercados mais livres têm por objetivo introduzir uma maior competição. (ênfase mais intensa na proteção social e um papel ainda mais considerável para o governo mantêm intactas as credenciais socialistas de todo mundo.)

Além disso, autoridades financeiras consideram essencial a mudança. "A mudança nas regulamentações é indispensável para tornar Paris um centro financeiro mais importante", disse Michel Develle, economista-chefe do estatal *Banque Paribas*.

Não se sabe se inspirados pelos economistas ou eleitores, mas o fato é que os

socialistas estão intensificando suas zonas de mercado livre em muitas frentes com vistas às eleições.

O plano do presidente François Mitterrand de iniciar uma emissora privada de televisão nitidamente representa apropriação de uma promessa favorita dos conservadores. Embora detalhes do plano demonstrassem ser controvertidos, as pesquisas comprovam que os franceses de maneira esmagadora querem emissoras privadas de televisão a fim de complementar as programações da empresa estatal.

Embora os socialistas se oponham à privatização de companhias que eles estatizaram três anos atrás, agora eles se mostram favoráveis a que se facilite a estes complexos a venda de subsidiárias não desejadas. De forma crescente os socialistas vêm deixando que as empresas estatizadas funcionem como empresas privadas. Esta posição pelo menos causou um impacto nas promessas dos conservadores de privatizar muitas das companhias estatizadas. Os socialistas sus-

tentam que a desestatização criaria uma revolta.

Mais do que isso, a atual modesta elevação da economia e a redução na taxa de inflação ajudam a contrapor-se a um dos pontos defendidos com maior firmeza pelos conservadores: sua imagem de serem bons administradores financeiros.

Embora o desemprego ainda continue em torno de 10%, a inflação de 1985 deverá cair abaixo de 5%, o que representa sensível queda em relação aos 14% que os socialistas herdaram dos conservadores em 1981.

Entretanto, ironicamente, enquanto os socialistas invadem a área dos conservadores, muitos conservadores estão retrocedendo um pouco de suas posições. Michel Noir, um importante membro do conservador partido *Rassemblement Pour La République*, assinou recentemente que as privatizações propostas pelo RPR seriam "graduais durante um período de cinco anos" e que o Estado ainda teria um importante papel nesta economia.

GAZETA MERCANTIL

Publicada desde 1920

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Herbert Victor Levy
Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Vice-Presidente
Abílio dos Santos Diniz
Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Fernando Moreira Salles
Paulo Roberto Ferreira Levy
Roberto de Souza Avies

CONSELHO EDITORIAL

Herbert Victor Levy
Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Vice-Presidente
Diávo Egidio Setubal
Celso Lafer
Fernando Moreira Salles
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

DIRETORIA

Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretor Geral

Roberto Muller Filho
Diretor Editor

Henrique Alves de Araújo
Diretor Superintendente

Antonio Carlos Cortese
Diretor Administrativo e Financeiro

Heitor Proença
Diretor Comercial

Diretores Adjuntos:

Diretores Regionais: